



**ALINE LEONEL FIRMIANO**

**CARACTERÍSTICAS DO GASTO PÚBLICO EM  
AGRICULTURA DOS MUNICÍPIOS DO SUL/SUDOESTE DE  
MINAS GERAIS**

**LAVRAS – MG**

**2023**

**ALINE LEONEL FIRMIANO**

**CARACTERÍSTICAS DO GASTO PÚBLICO EM  
AGRICULTURA DOS MUNICÍPIOS DO SUL/SUDOESTE DE  
MINAS GERAIS**

Monografia apresentado à Universidade  
Federal de Lavras, como parte das  
exigências do Curso de Administração  
Pública, para obtenção do título de Bacharel.

**JANDERSON MARTINS VAZ**

Orientador

**LAVRAS - MG**

**2023**

**ALINE LEONEL FIRMIANO**

**CARACTERÍSTICAS DO GASTO PÚBLICO EM  
AGRICULTURA DOS MUNICÍPIOS DO SUL/SUDOESTE DE  
MINAS GERAIS**

Monografia apresentado à Universidade  
Federal de Lavras, como parte das  
exigências do Curso de Administração  
Pública, para obtenção do título de Bacharel.

APROVADO em 01 de dezembro de 2023

Dr. Janderson Martins Vaz, UFLA

Dr. Marcos de Oliveira Garcias, UFLA

**JANDERSON MARTINS VAZ**

Orientador

**LAVRAS - MG**

**2023**

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as características do gasto público dos municípios da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais na função de governo Agricultura sob a ótica da Teoria das Escolhas Públicas. Nesse contexto, foram considerados os 146 municípios da mesorregião sendo aplicada a Análise de *Cluster* nos dados relativos aos gastos na função Agricultura sob as Despesas (exceto intra-orçamentárias) entre os anos de 2018 a 2021. Os resultados permitiram observar três *clusters* com características semelhantes e possuindo representatividade de diferentes microrregiões, o primeiro *cluster* demonstra municípios que não declaram despesas quanto função estudada. Além do estudo comportamental orçamentário significativo para o ano eleitoral através da análise estatística também realizada pelo sistema *Jamovi* versão 2.4.1.0. Portanto, as informações apresentadas no presente estudo demonstram o comportamento dos gastos quanto aos anos e, para ano eleitoral estudado, e como as despesas com a função de governo Agricultura se retraem em relação aos demais anos.

**Palavras-chave:** função agricultura, gastos públicos, teoria das escolhas públicas.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1	Características do Gasto Público .....	8
2.2	Teoria das Escolhas Públicas .....	10
3	METODOLOGIA.....	12
3.1	Caracterização do estudo.....	12
3.2	Procedimento de coleta e análise dos dados.....	12
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	15
4.1	Identificação dos clusters e da produção agropecuária.....	15
4.2	Análise do perfil de gastos na função Agricultura na perspectiva da Teoria das Escolhas Públicas .....	18
5	CONCLUSÃO.....	21
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
	APÊNDICE A.....	28

## 1 INTRODUÇÃO

O governo possui responsabilidades quanto à administração da nação, para enfatizar esse compromisso com a Constituição Federal de 1988 o artigo 37 traz cinco princípios que a administração pública deve seguir como padrão em suas organizações, a saber: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988). Diante disso, é necessário que o governo se mostre efetivo quanto às questões orçamentárias, pois o orçamento público é a peça fundamental e que apresenta diferentes papéis na gestão do Estado.

Através dessa perspectiva da gestão governamental, diversos autores trabalham o conceito da Teoria das Escolhas Públicas, a qual explora em sua literatura uma nova visão quanto aos atos da administração pública. Para Castro (2015), ela se caracteriza como inovadora na observação da liberdade das ações da administração e de seu controle. Dias (2009, p. 202) descreve que entre as contribuições liberais já realizadas, a Teoria das Escolhas Públicas “se caracteriza por introduzir o individualismo e o instrumental matemático na ciência política”.

Ao todo, o Estado possui 28 funções de governo ou áreas de atuação, o qual realiza constantemente investimentos públicos. Essas funções governamentais, é o maior nível de agregação de atuação das áreas no setor público, pois está ligada com a missão institucional fundamental do órgão que a executa (BRASIL, 2023), como por exemplo as funções Educação, Saúde, Trabalho, Indústria, dentre outras. Para este projeto analisa a função de governo Agricultura, com o intuito de estudar as medidas tomadas em relação às diferentes variáveis que interferem no investimento público.

A função de governo Agricultura é o maior nível de agregação da atuação das áreas do setor. Ela possui cinco subfunções, sendo: Abastecimento; Extensão Rural; Irrigação; Promoção da Produção Agropecuária e Defesa Agropecuária (BRASIL, 2023). Selecionou-se esta função, pois a agricultura brasileira nas últimas décadas ganhou espaço mundial quanto a sua escala de produção e qualidade de produto. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023) no saldo da balança comercial o agronegócio representa um superávit de US\$ 8,69 bilhões, além de ser um terço do produto interno bruto (PIB) se considerar o agronegócio. O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) estima que o setor emprega cerca de 19 milhões de pessoas no território nacional, o que corresponde a 10% da população brasileira (CNA, 2017).

Minas Gerais possui 853 municípios, que ao todo ocupam uma extensão territorial aproximada de 586,5 mil km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Em 2022, os municípios por meio da exportação agrícola contribuíram para que o Estado aumentasse 46% de sua receita financeira. Em relação

aos estabelecimentos agropecuários, Minas Gerais possui aproximadamente 607,5 mil estabelecimentos espalhados em seus diversos municípios, com produção diversificada de culturas. Entre estes estabelecimentos, 73% representam a agricultura familiar (BRASIL, 2020), sendo que 87% destas propriedades possuem menos de 50 hectares (BRASIL, 2022). A agricultura familiar é regulamentada pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e ela estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2022).

Por ser um estado em ascensão quanto à produção agrícola, torna-se desejável que o governo mapeie e planeje com atenção as questões orçamentárias para os programas institucionais regidos pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA/MG, 2023). Destaca-se que as cidades mineiras possuem diferentes realidades e necessidades de desenvolvimento agropecuário, assim os programas voltados à função de governo Agricultura podem estabelecer os princípios de investimentos públicos para os municípios, possibilitando que estes façam o mapeamento e planejamento de suas ações de desenvolvimento.

Siqueira (2020) cita em seu artigo que muitas produções voltadas à temática da eficiência dos entes públicos são empíricas e atualmente há a necessidade de se desenvolver técnicas e cálculos que quantifiquem essas relações, sejam em inputs ou outputs. Através da necessidade de compreender as características do gasto público municipal em determinadas funções e sendo um campo de pesquisa restrito quanto a função governamental, este estudo tem como propósito analisar as características do gasto público dos municípios da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais na função de governo Agricultura sob a ótica da Teoria das Escolhas Públicas. Para o desenvolvimento do objetivo geral pretende-se fazer uma análise estatística descritiva tendo como variável de interesse o gasto público proporcional na função de governo Agricultura.

Assim, o trabalho poderá beneficiar pessoas que buscam maior conhecimento sobre a temática, como formuladores de políticas públicas, gestores municipais, empresas que atuam na iniciativa privada e acadêmicos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido em duas subseções, as quais abordam as características do gasto público e a Teoria das Escolhas Públicas.

### 2.1 Características do Gasto Público

Este tópico, apresenta estudos de referências que abordam sobre os fatores determinantes do investimento público em diferentes funções de governo. Ferreira (2019) analisou os fatores que podem influenciar a aplicação de recursos públicos na função de governo Comércio e Serviços em municípios brasileiros. Para sua análise, foi utilizado o *Índice I de Moran*, sendo possível a identificação de padrões espaciais com o desenvolvimento de *clusters* e *outliers*. Assim, o autor apresenta em sua pesquisa que os maiores gastos com as funções Comércio e Serviços está, respectivamente, nas regiões Sul e Sudeste, seguido pelo Centro-Oeste e Nordeste.

Favaretto (2015) modelou empiricamente os determinantes do investimento público na função de governo Cultura no Brasil entre os anos de 2003 e 2012. O autor realizou uma análise estatística descritiva das funções e subfunções, entre elas podemos citar que, na variável Gasto cultural gov. + lei Rouanet a média entre os estados de 97.010.113,5212 e desvio padrão de 181.861.017,0248; e na variável Prefeito mesmo partido governador, média de 43,3111 e desvio padrão de 50,7054, em ambas as foi considerado o número de 270 observações. Favaretto (2015) observou então, que o crescimento do PIB possui relação constante com o investimento público e explica a maior parte da variância quando se trata de investimentos públicos na Cultura em estados brasileiros entre os anos de 2003-2012.

Costa *et al.* (2013), determinam em seu estudo a necessidade de conhecer e dar importância para o setor agropecuário, através disso, buscaram entender os fatores determinantes do desenvolvimento agropecuário com recorte analítico o estado de Minas Gerais. Utilizaram como metodologia uma análise multivariada para melhor compreensão, as quais se referem como análise fatorial e análise de cluster, neste optou-se pela utilização do método hierárquico, sendo possível que os autores analisassem o coeficiente de correlação entre os fatores das 22 variáveis indicadas.

Macêdo *et al.* (2013), analisaram a eficiência dos recursos públicos que são direcionados à educação nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, em que foram realizadas pesquisas descritivas. Assim, no estudo foram consideradas 485 cidades das 496, sendo utilizada a Análise



por Envolvimento de Dados (DEA – *Data Envelopment Analysis*), foi possível analisar os cálculos da eficiência. Dentre os resultados, 24,95% das cidades são eficientes em seus gastos com educação quanto comparadas com as demais, ainda pode-se verificar que 80% das cidades possuem eficiência acima de 65%.

Entre as variáveis estudadas por Costa *et al.* (2013), na análise descritiva dos gastos com função agricultura teve a média entre os municípios de 17,74; desvio padrão de 22,13. Já nos gastos com a função educação, a média foi de 266,92 e o desvio padrão, 121,33. Com os gastos da função infraestrutura, houve a média de 136,94 e desvio padrão, 87,02. Após desenvolverem uma Matriz de Componentes, após rotação Ortogonal, essas funções foram alocadas no Fator 2, Investimento Público, o que identifica essas funções como fundamentais para o desenvolvimento do setor agropecuário, e que a alocação de recursos públicos é necessária para criar condições para as atividades agrícolas (COSTA *et al.*, 2013).

Destaca-se que outros autores em seus trabalhos utilizaram como base a análise de cluster, como foi o caso de Santos *et al.* (2017), que fez uso também da análise vetorial. Este estudo analisou distintas variáveis, optando assim, inserir seus dados no software, *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Bragança *et al.* (2020), analisou o planejamento orçamentário de investimentos dos municípios brasileiros em relação à execução, através da percepção de 270 profissionais da área. Destacaram em suas análises que existem fatores que podem alterar a assimetria das informações entre o planejamento e a execução orçamentária dos investimentos públicos, sendo considerado a análise estatística descritiva e exploratória, com a aplicação de um questionário nos colaboradores públicos envolvidos no planejamento e execução orçamentária.

Por fim, a pesquisa revela através da significância estatísticas que é atribuído aos contadores municipais atividades que não lhes permitem atuarem como gestores, porém, surge-se a dúvida a qual cabe o contador público ser instrumento de planejamento ou um meio de informação eficaz e confiável. Nas respostas obtidas, há evidência de que mais de 60% dos respondentes existem a falta de conhecimento dos gestores e há discrepância em questões de tomadas de decisões (BRAGANÇA *et al.*, 2020).

Já Gasques *et al.* (2006), objetivaram a realização de uma retrospectiva dos gastos públicos em agricultura e organização agrária, indicando prioridades de políticas agrícolas e agrárias, analisando o período de 1980 a 2005. Pode ser observado uma alta concentração dos gastos em poucas subfunções e a redução de programas, sendo que em 2005, 88% das despesas se alocaram em quatro programas e 90% em organização agrária (GASQUES *et al.*, 2006).

Tais concentrações podem ocorrer devido a prioridades políticas, sendo que, certos programas obtêm maiores dotações, por possuírem maiores visibilidades política e sua priorização na agenda governamental. Além da possibilidade de haver restrições orçamentárias em que o Estado poderá usar de seu poder discricionário para priorizar as agendas políticas.

## 2.2 Teoria das Escolhas Públicas

A literatura apresenta diferentes teorias que podem explicar as decisões sobre a alocação de recursos públicos, porém, apesar de ser um bom indicativo há poucos estudos que tratam sobre a Teoria das Escolhas Públicas. A Teoria das Escolhas Públicas ou *Public Choice* tem sua origem, segundo Pereira (1997), desde meados da década de 1950, a qual foi desenvolvida com o objetivo de aplicar métodos da ciência econômica em objetos tradicionalmente considerados na esfera da ciência política, sendo estes os grupos de interesse, partidos políticos, processo eleitoral, análise da burocracia, escolha parlamentar e análise constitucional. Entende-se que a Teoria das Escolhas Públicas foi desenvolvida para identificar que as políticas possuem suas falhas, pois agentes políticos não tomam decisões que tendem a beneficiar um grupo maior de pessoas, uma vez que os seus interesses estão acima da tomada de decisão (PEREIRA, 1997).

Silva *et al.* (2022) retrata que a Teoria das Escolhas Públicas tem como intuito compreender o comportamento dos diferentes indivíduos e grupos políticos, sejam eles agentes, eleitores ou pessoas interessadas em políticas públicas. Para alguns autores a teoria supracitada é considerada uma escola de economia, a qual possui uma abordagem metodológica e ferramental para que se possa explorar as diferentes políticas e o governo, deixando assim de ser uma simples abordagem e ensinamento sobre o funcionamento da economia, nacional e/ou internacional (BALDISSERA, 2018).

Para Butler (2015), a Escolha Pública se introduz no contexto acadêmico brasileiro aproximadamente nos anos 80, com os estudos de Jorge Vianna Monteiro. Essa teoria ganhou espaço na atualidade, pelo fato de o Estado passar por uma transição em que a sociedade exige dele a transparência e governança (BUTLER, 2015).

De acordo com Macêdo *et al.* (2013), a Teoria das Escolhas Públicas possui uma abordagem em que métodos e ferramentas da economia exploram políticas e como o governo funciona, além de propor a reflexão e interpretação do atual momento econômico e social, e as exigências com os governantes quanto o nível de qualidade de governança do Estado. Butler (2015), indica que essa é uma abordagem capaz de proporcionar insights surpreendentes e bons questionamentos quanto a eficiência, efetividade e a legitimidade do processo político.

Segundo Macêdo *et al.* (2013), a teoria da escolha pública tem como objetivo focar nos fracassos do governo e limites da intervenção do Estado, ela busca transparecer os problemas que existem nas tomadas de decisão coletiva, e colocar em evidência os detrimientos da área pública. A Teoria das Escolhas Públicas possui o foco nas motivações dos indivíduos e como estes afetam o resultado do processo decisório, ela rejeita a ideia de que a política é a forma como descobrimos o “interesse público” (BUTLER, 2015, p. 21).

Segundo Macêdo, Dal Vesco e Filho (2012) o assunto abordado é inevitável e deverá ser crescente em ciclos de debates da sociedade moderna, sendo a temática considerada significativa, complexa e atual em diversos países. Portanto, pode-se observar que a teoria possui como foco o estudo do comportamento dos indivíduos que estão correlacionados com o processo político, independente de qual seja seu posicionamento no interesse em políticas públicas (BALDISSERA, 2018).

Nota-se que a Teoria das Escolhas Públicas tende a buscar os sinais que motivam as pessoas públicas nas tomadas de decisões, e como essas podem ser ocasionadas pela permanência no poder (MACÊDO, 2013). Na visão de Nez, Cecon e Hein (2020), essa seria a forma em como estudar as interações institucionais no setor público, pois deve ser considerado que as motivações dos políticos são pautadas na potencialização de votos e em (re)eleições. Entende-se, que essa teoria visa racionalizar as motivações pelas quais são levadas em consideração para que sejam tomadas as decisões no ambiente público (CRUZ, 2010).

A autora Cruz (2010), ainda afirma que a Teoria das Escolhas Públicas supõe que os atores políticos terão suas decisões enviesadas para a autoproteção, garantindo a si próprio a tendência de ser um indivíduo “útil” na qualidade de agente social. Rovaris, Cavichioli e Dall’asta (2020), citam que no Brasil, os governantes tendem a se aproveitarem do poder, utilizando-o como dispositivo do exagero exercido por minorias privilegiadas, levando o governo a uma real e preocupante situação de desigualdade.

Morais *et al.* (2018), têm como objetivo a identificação de influências de fatores, socioeconômicos, demográficos e políticos nos gastos públicos municipais no Brasil. Estas variáveis possuem relação com o estudo realizado por Fisher (1964) em que foram agrupadas nas três dimensões. Em suas últimas considerações, os autores demonstram que na dimensão sociopolítica em anos eleitorais as despesas exercem influência sobre suas naturezas, obtendo a maximização das despesas de capital e redução das despesas correntes.

### **3 METODOLOGIA**

O objeto de estudo do presente trabalho são os municípios pertencentes a mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais com base em suas apresentações orçamentárias para o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) entre os anos de 2018 a 2021.

#### **3.1 Caracterização do estudo**

O presente estudo busca analisar as características do gasto público dos municípios da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais na função de governo Agricultura sob a ótica da Teoria das Escolhas Públicas, assim o trabalho se classifica como pesquisa descritiva (GIL, 2022; VERGARA, 2016).

Segundo Gil (2022), as pesquisas descritivas tendem a comprovar relações entre variáveis, são estudos que buscam indicar relações entre diferentes naturezas. Vergara (2016) relata que para esse fim a pesquisa não é uma imposição de um fato, porém essa poderá ser utilizada como meio de informação e explicação.

#### **3.2 Procedimento de coleta e análise dos dados**

Neste trabalho, foram considerados as informações contábeis dos 146 municípios da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. A escolha dessa mesorregião se dá pela localização geográfica e sua representatividade econômica no meio agropecuário no estado mineiro.

Os dados utilizados no presente estudo, foram coletados pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), sendo este uma ferramenta implementada pela Secretária do Tesouro Nacional (STN) que transparece os dados contábeis e fiscais dos municípios brasileiros (SICONFI, 2023). Os dados foram tratados para cada um dos municípios que pertencem a microrregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais de acordo com os anos propostos.

Para tanto foram obtidos no portal SICONFI os dados referentes a: i) despesas empenhadas até o sexto bimestre na função Agricultura e; ii) Despesas (exceto intra-orçamentária) até o sexto bimestre. A fim de realizar a análise proposta, foi efetuado o cálculo da proporção das despesas empenhadas até o sexto bimestre na função Agricultura sob as

Despesas (exceto intra-orçamentária) até o sexto bimestre. A partir desse cálculo obteve-se as variáveis de interesse do estudo para cada um dos 146 municípios nos quatro anos que compõem a análise, resultando em 584 observações.

Os anos estudados, refletem as características do Plano Plurianual (PPA), realizados pelos candidatos (re)eleitos nas eleições municipais de 2016. Iniciada sua execução no segundo ano do mandato, o PPA tem por objetivo definir diretrizes, objetivos e metas, que contemplam despesas e investimentos, de acordo com o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO, 2023). Dessa forma, foi possível analisar a execução de um ciclo completo de planejamento municipal.

A pesquisa busca analisar o comportamento do gasto público na função Agricultura entre os anos de 2018 e 2021 em relação aos demais gastos realizados pelos municípios na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais, optou-se então, por realizar a Análise de Clusters. A técnica multivariada classifica os dados como agrupados naturais, sendo formados por distâncias (proximidade) e utilizando variáveis estatísticas direcionadas pelos pesquisadores (HAIR *et al.*, 2009, p. 430).

Ainda segundo Hair *et al.* (2009, p.430), a análise de agrupamentos é uma seleção de “técnicas multivariadas cuja finalidade principal é agregar objetos com base em suas características”, assim os objetos das classificações realizadas no processo formam um grupo por possuírem relações. Os autores, sugerem que a amostra seja grande o suficiente para que seja possível a representação de pequenos agrupamentos na população.

Para operacionalização da análise de cluster realizada neste estudo foi utilizado o *software Jamovi* versão 2.4.1.0. Para a formação dos clusters utilizou-se como parâmetro o estudo de Moreira *et al.* (2010). Portanto, foi escolhido o método de cluster hierárquico, e empregada a Distância Euclidiana como medida de semelhança, pois essa medida calcula a distância entre os objetos. Como método de *clusterização* foi selecionado o método de ligação completa (*furthest neighbor*), pois este realiza os agrupamentos por suas maiores distâncias em casos que não exista um afastamento entre as observações, permitindo que o pesquisador identifique a heterogeneidade entre os *clusters* (FÁVERO, 2017).

Para definição do número de *clusters* foi utilizado um dendograma (Apêndice A) e aplicado o critério exposto por Fávero (2017), o qual retrata em seu livro que para ser possível a identificação da quantidade de clusters, o pesquisador deve considerar o salto com distância relativamente menor que a distância de maior cumprimento, sendo que, quando utilizados saltos muito elevados podem ser agrupados observações que não sejam homogêneas.

Assim, foram identificados três clusters que foram analisados com o uso de estatística descritiva e organizadas em tabelas. Para melhor caracterização dos clusters foram obtidos dados sobre a produção agropecuária dos municípios, disponíveis no painel de agropecuário da Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do estado de Minas Gerias (SEAPA/MG), Portal Geoportal do Café de Minas do sistema Emater MG, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e diferentes sites oficiais das prefeituras dos municípios estudados na presente pesquisa.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Visando compreender a semelhança entre os municípios da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais e orientado por Moreira *et al.* (2010), foram identificados os *clusters* e analisadas as características do gasto público na função Agricultura sob a ótica da Teoria das Escolhas Públicas.

### 4.1 Identificação dos clusters e da produção agropecuária

O software utilizado para clusterização dos dados proporcionou para esse estudo a divisão dos 146 municípios da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais em três clusters. A Tabela 1 representa os municípios que foram alocados em cada *cluster*.

**Tabela 1 - Divisão dos municípios por Cluster**

CLUSTER	MUNICÍPIO	QUANT
1	Alfenas, Alterosa, Aerado, Carmo do Rio Claro, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Serrania, Aiuruoca, Cruzília, Liberdade, Minduri, São Vicente, Serranos, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçosp, Itajubá, Maria da Fé, Paraisópolis, Piranguinho, Virgínia, Wenceslau Braz, Alpinópolis, Capetinga, Capitólio, Claraval, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Ibiraci, Itáu de Minas, Passos, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Caldas, Campestre, Ibitiúra de Minas, Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas, Bom Repouso, Borda da Mata, Camanducaia, Cambuí, Congonhal, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Ipuiúna, Itapeva, Munhoz, Pouso Alegre, Sapucaí-Mirim, Senador Amaral, Tocos do Moji, Toledo, Cachoeira de Minas, Careaçú, Conceição das Pedras, Conceição dos Ouros, Cordislândia, Heliadora, Pedralva, Santa Rita do Sapucaí, São Rita do Sapucaí, São João da Mata, São Sebastião da Bela Vista, Silvianópolis, Baependi, Cambuquira, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Lambari, Olímpio Noronha, Passa Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, Soledade de Minas, Arceburgo, Cabo Verde, Guaranésia, Guaxupé, Itamogi, Jacuí, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Elói Mendes, Guapé, Ilicínia, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento do Abade, São Tomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha.	121
2	Carvalhópolis, Poço Fundo, Andrelândia, Arantina, Bocaína de Minas, Jardim de Minas, Carvalhos, Passa-Vinte, Seritinga, Brazópolis, Consolação, Marmelópolis, Piranguçu, Bom Jesus da Penha, Cássia, Inconfidentes, Senador José Bento, Natércia, São José do Alegre, Alagoa, Juruaia, São Pedro da União e Coqueiral.	23
3	Bueno Brandão e Turvolândia	2

Fonte: Da autora (2023)

No Cluster 1 foram agrupados 121 municípios o que representa 82,87% da amostra e possui representatividade em 10 microrregiões estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A microrregião de Pouso Alegre é composta por 20 municípios, e a maior parte destes foram alocados no Cluster 1, representando aproximadamente 14,87% dos municípios da amostra. Neste grupo, quatro municípios se destacam por não possuírem investimento com a função governamental Agricultura, sendo os municípios de Borda da Mata, Camanducaia, Cambuí e Itapeva.

Sabe-se que o município de Borda da Mata em 2018 produziu 5.000 sacas de café, com aproximados 853 hectares de área plantada (EMATER/MG, 2023). No site oficial da prefeitura entre os destaques para economia da região está entre serem integrantes do Circuito Turísticos das Malhas do Sul de Minas, além de reconhecerem a produção agrícola e pecuária (Prefeitura Municipal de Borda da Mata, 2023).

No município de Camanducaia, no site da prefeitura municipal a economia principal da região é o agronegócio, por possuírem fatores que estimulam a produção e a biodiversidade (Prefeitura Municipal de Camanducaia, 2023). Nos dados agropecuários apresentados pela Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA/MG, 2023) em 2021 o município foi responsável pela produção de 30 toneladas de azeitonas, representando 4,42% de participação municipal na produção estadual do cultivar.

Segundo o portal da Prefeitura Municipal de Cambuí (2023), na referência da economia do município, a agropecuária representa 3,6% da composição setorial do PIB. Já o painel agropecuário da SEAPA/MG (2023), apresenta que em 2021 a produção de noz (fruto seco) foi de 6 toneladas, ocupando a segunda posição do ranking estadual na produção.

O perfil produtivo de Itapeva, possui significância econômica na produção de flores envasadas, que em 2018 envasou 10.600 flores (EMATER/MG, 2023) e em 2021, a região produziu 12 toneladas de azeitonas, com participação municipal de 1,77% na produção do estado (SEAPA/MG, 2023).

Além disso, os municípios de Borda da Mata, Camanducaia, Cambuí e Itapeva, possuem, segundo o censo agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), 910, 1.041, 997 e 498 estabelecimentos agropecuários, respectivamente. Os estabelecimentos agropecuários são unidades de produção ou exploração dedicada, total, para atividades de cunho agropecuárias, florestais e aquícolas (IBGE, 2017).

Compondo a mesma microrregião, o município de Toledo em 2021 não apresentou gastos quanto a função estudada. Já o município de Ipuíuna, entre os anos de 2018 e 2020 não



realizou despesas na função, e em 2021 utilizou 1,07% dos recursos aplicados pelo município na função Agricultura.

A microrregião de São Lourenço possui 16 municípios, no Cluster 1 possui a representatividade de 13,22%, aproximadamente. Entre eles, os municípios de Caxambu e São Lourenço, não aplicaram recursos nos anos estudados na função de governo Agricultura.

Já a microrregião de Passos, com 14 municípios, apresenta grande parte destes estão alocados no Cluster 1, representando 9,92% dos municípios compondo o *cluster*. Claraval não declarou gastos na função estudada no ano de 2018, já Fortaleza de Minas, não possui investimento na função durante os anos da pesquisa. Em 2021, o município de Fortaleza de Minas teve participação de 21,11% na produção estadual de figo (SEAPA/MG, 2023) e em Claraval, a produção de café arábica sequeiro em 2018 foi de 87 mil sacas, sendo a área total da produção de café de 3.656 hectares (EMATER/MG, 2023).

Em 2018, o município de Albertina pertencente a microrregião de Poços de Caldas não realizou investimentos na função Agricultura, sendo que no mesmo ano de acordo com o Portal do Café de Minas disponibilizado pela Emater/MG, o café arábico sequeiro na região teve produção de 39 mil sacas. Já o município de Varginha no ano de 2021, não declarou investimentos na função de governo Agricultura em relação aos demais investimentos do município, o mesmo possui 462 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017) e com produção em 2021 de 7.788 toneladas de café arábica (em grãos) (SEAPA/MG).

Já a microrregião de Itajubá possui 13 municípios, sendo que 7,44% destes estão alocados no Cluster 1. O município de Virgínia em 2020 não declarou gastos com a função Agricultura e o que se pode observar é que nos anos declarados houve a diminuição dos valores das despesas empenhadas pelo município. De acordo com o painel de dados da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (2023), no mesmo ano supracitado houve o cultivo de 19 cultivares, com alcance de 2,7ton na produção de pêssego, o que representa 22,68% da produção no estado e ocupando a 2ª posição do ranking estadual.

No Cluster 2, foram agrupados 23 municípios que abrangem dez microrregiões o que representa 15,75% do total da amostra está alocado neste *cluster*. Entre estes somente sete municípios no ano de 2021 tiveram em relação aos demais anos a maior despesa com a função Agricultura, sendo Alagoa, Bom Jesus da Penha, Cássia, Consolação, Juruaia, Poço Fundo e São José do Alegre. Já no ano de 2020, três municípios tiveram o maior gasto com a função, Carvalhos, São Pedro da União, Senador José Bento. Em 2019, cinco municípios, declararam a maior despesa, Bom Jardim de Minas, Brazópolis, Inconfidentes, Marmelópolis Seritinga. E no ano de 2018, houveram oito municípios que apresentaram maior gasto em relação a série de

anos, Andrelândia, Arantina, Bocaina de Minas, Carvalhópolis, Coqueiral, Natércia, Passa-Vinte, Piranguçu e Poço Fundo.

No ano de 2021, cinco municípios apresentaram sua menor despesa na função, como Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Coqueiral, Natércia, Seritinga. Já no ano de 2020, nove municípios apresentaram seus menores gastos quanto a função, sendo Andrelândia, Arantina, Bom Jesus da Penha, Brazópolis, Carvalhópolis, Cássia, Marmelópolis, Passa-Vinte e Piranguçu. Em 2019, três municípios apresentaram suas menores despesas quanto a função, São José do Alegre, São Pedro da União, Senador José Bento. Já em 2018, seis municípios tiveram o menor gasto, Alagoa, Carvalhos, Consolação, Inconfidentes, Juruaia e Poço Fundo.

O comportamento do gasto na função de governo Agricultura dos municípios que compõem o Cluster 2, no período analisado, vai ao encontro da suposição de Butler (2015), que ao discorrer sobre a Teoria das Escolhas Públicas, afirma que os líderes dos partidos buscam pelos seus interesses com a busca de votos e partidos eleitos, sendo assim a forma como podem obter poder e status. Os resultados apresentados para o ano de 2020 demonstram um comportamento distinto dos demais anos, sugerindo uma retração nos gastos com agricultura para aproximadamente 39% dos municípios que compõe o Cluster 2.

E não mesmo importante, o Cluster 3 possui dois municípios, Bueno Brandão e Turvolândia, em duas diferentes microrregiões, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí. O município de Bueno Brandão, no ano de 2019 aumentou o seu investimento na função em 2,36% em relação ao ano de 2018, no mesmo ano segundo os dados agrícolas da SEAPA/MG (2023), a região produziu cerca de 33.760 toneladas de batata-inglesa. Segundo o site da prefeitura, o município se desenvolveu através do cultivo de café e batata inglesa, sendo o fator agrícola um fator decisivo para a emancipação administrativa (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, 2023).

Já o município de Turvolândia, em 2019 teve uma redução de 2% nas despesas com a função de governo Agricultura em relação ao ano anterior e, em 2020 houve o aumento de 3% nos gastos da função. De acordo com os dados apresentados pela SEAPA/MG (2023), o município em 2019 produziu 18mil toneladas de tomates, além do cultivo de maçã com participação de 6,39% na produção estadual.

#### **4.2 Análise do perfil de gastos na função Agricultura na perspectiva da Teoria das Escolhas Públicas**

Através dos *clusters* formados foi possível realizar a análise descritiva dos dados, conforme pode ser observado na Tabela 2:

**Tabela 2: Estatística Descritiva dos clusters por despesa com agricultura em relação as despesas municipais anuais.**

	Clustering	DAGR/DM.21	DAGR/DM.20	DAGR/DM.19	DAGR/DM.18
Média	1	0.00838	0.00641	0.00743	0.00645
	2	0.0279	0.0238	0.0265	0.0289
	3	0.113	0.0978	0.0750	0.0810
Mediana	1	0.00553	0.00509	0.00656	0.00586
	2	0.0225	0.0211	0.0271	0.0261
	3	0.113	0.0978	0.0750	0.0810
Desvio-padrão	1	0.00802	0.00545	0.00569	0.00450
	2	0.0175	0.0121	0.0101	0.0126
	3	0.0111	0.0121	0.00244	0.0218
Amplitude	1	0.0381	0.0255	0.0287	0.0203
	2	0.0551	0.0431	0.0335	0.0595
	3	0.0158	0.0171	0.00345	0.0308

Fonte: Da autora (2023)

Ao ser analisada a média dos gastos na função governamental Agricultura em relação as despesas totais dos municípios, pode-se observar que no Cluster 1 houve o aumento de 0,1% no gasto da função entre os anos de 2018 e 2019, sendo que de 2020 para 2021, houve o aumento de 0,09%, e em 2020 houve a redução de despesas de 0,1% em relação ao ano de 2019.

No Cluster 3, a média de gasto dos municípios no de 2021 foi de 11,3% na função Agricultura em relação as despesas totais dos municípios. Em 2019 e 2020 pode-se observar que a média do investimento é de 7,5% e 9,78%, respectivamente, com o aumento de 2,28% entre os anos. Ainda em 2019, pode-se perceber a diminuição de 0,6% de gastos quanto em relação ao ano de 2018.

A mediana dos dados analisados apresentados no Cluster 3, revela um aumento do gasto total na função de governo Agricultura com o passar dos anos, com ressalva no ano de 2019, em que a despesa foi de 7,5%. No Cluster 1 no ano de 2018, o valor gasto aproximado foi de 0,58% com o aumento para 6,5% em 2019; já em 2020 o valor diminui em 0,15% em relação a 2019, aproximadamente. No Cluster 2, é possível observar que os gastos não possuem muitas variações ao longo dos anos. Sendo que seu menor valor da mediana é de 2,1% no ano de 2020

Já os valores de dispersão da amostra estudada revelam no Cluster 3, no ano de 2018, um desvio-padrão de 2,18%, sendo está a maior dispersão em relação aos demais anos. No Cluster 1, verifica-se uma menor dispersão dos dados em relação aos demais *clusters*, com destaque para o ano de 2021 sendo entre os anos a maior dispersão, com resultado de 0,80%.

No Cluster 2, é possível observar que a maior amplitude entre os dados apresentados pelos municípios da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais, foi no ano de 2018 com aproximadamente 5,95%. No ano de 2019 a diferença de investimento entre o maior e o menor valor gasto era de 3,35%; em 2020 de 4,3% e 2021, de 5,51%.

No ano de 2018 no Cluster 1 a amplitude entre os dados era de 2,03% com a despesa na função em relação as despesas dos municípios. Em 2019 o valor teve um aumento e em 2020 houve a redução dos valores para 2,55%, sendo 2021 um ano diferente, sendo apresentado uma amplitude de gastos de 3,8%.

Fávero (2017), cita em seu livro a análise de agrupamentos, é uma técnica exploratória útil e que são aplicadas para a verificação de comportamentos semelhantes entre as observações, podendo ser indivíduos, municípios, países, dentre outros. Assim, a técnica conhecida como análise de conglomerados ou análise de cluster possui o intuito de alocar as observações em agrupamentos relativamente pequenos sejam homogêneos internamente e heterogêneos entre si (FÁVERO,2017).

A Teoria das Escolhas Públicas, tem por objetivo caracterizar os indivíduos através de um método matemático e econômico, para evidenciar características do comportamento dos indivíduos. Assim, ambos os métodos caracterizam as observações com o intuito de revelar resultados quantitativos sobre suas especificidades.

## 5 CONCLUSÃO

As mudanças de comportamento e a busca por transparência na administração pública pela sociedade, permite que sejam realizadas mudanças estruturais na governança do Estado. Através dela o corpo público poderá cumprir com os princípios da Administração Pública, sendo promotor de um governo que se desenvolve para o bem-estar de sua comunidade.

Os dados econômicos da gestão pública demonstram as alocações dos recursos, unidos a transparência é possível que possam ser observadas as tomadas de decisões e distribuição de recursos, podendo ser um indicativo de redução de problemas quanto aos orçamentos públicos e sua prestação de contas. Além disso, permite aos civis fiscalizarem o comportamento de seus governantes quanto a aplicação de recursos ou nas declarações das despesas.

A Teoria das Escolhas Públicas reflete sobre as características que impactam as tomadas de decisão, com base nos comportamentos dos atores políticos e da sociedade em relação as questões políticas. Ela proporcionou o debate crítico quanto a análise do indivíduo como protagonista de suas escolhas e individualismo e o quão impactante esse tipo de comportamento, enriquece o setor público de falácias e hipocrisias, nesse estudo refletidos nos gastos proporcionais na função de governo Agricultura.

O presente estudo através de ferramentas disponibilizadas pelo governo pode aplicar métodos de pesquisa que permitissem a caracterização dos gastos públicos na função de governo Agricultura na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais sob a ótica da Teoria das Escolhas Públicas. Portanto, na presente pesquisa é possível observar a importância que o ano eleitoral possui nas atividades dos municípios, o que sugere um comportamento atípico quanto aos gastos com a função de governo Agricultura.

As principais limitações do estudo se dão pelo período de análise realizado e por conter informações de uma pequena amostra de municípios, o que impossibilitou a comparação com demais mesorregiões. As variáveis escolhidas para análise também representam uma limitação do estudo, por entender que as análises de outras variáveis para a mensuração do gasto público na Agricultura poderiam resultar em diferentes constatações.

Para pesquisas futuras, sugere-se que seja realizado o aprofundamento nas variáveis *inputs* e *outputs*, sendo necessário compreender as variáveis que impactam os gastos com a função Agricultura. Sugere-se também a realização de estudos das demais mesorregiões do estado de Minas Gerais, para que se possa enriquecer o portfólio de trabalhos na mesma linha de pesquisa no campo público, e se tornem apoio para entes públicos e privados; para a sociedade em sua trajetória e busca pelo aumento de transparência e eficiência dos gastos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AS, D. Diário do Comércio. Minas Gerais bate recorde no comércio internacional. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/economia/minas-gerais-bate-recorde-no-comercio-internacional/>>. Acesso em: 26 de fev de 2023.

BALDISSERA, J. F. Determinantes da Transparência Pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública. Orientador(a): Denis Dall' Asta, 2018, 145 f. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, 2018.

BALDISSERA, J. F. Determinantes da Transparência Pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública. Orientador(a): Denis Dall' Asta, 2018, 145 f. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, 2018.

BRAGANÇA, M. P. et al. Análise da percepção dos profissionais envolvidos no planejamento dos investimentos públicos municipais e seus fatores determinantes. Anais... p. 1-15, 2020.

BRASIL. Controladoria- Geral da União. Função e subfunção - Portal da transparência. Disponível em. Acesso em: 17 de fev. de 2023.

BRASIL. Agricultura - Portal da transparência. Disponível em. Acesso em 12 de out. de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.326. Disponível em. Acesso em 12 de out de 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Exportações do agronegócio fecham 2022 com US\$ 159 bilhões em vendas. Comércio Exterior. Disponível em. Acesso em: 26 de fev de 2023.

BRASIL. Missão, Visão e Valores da Instituição | MG.GOV.BR - Agricultura. Disponível em. Acesso em 13 de out de 2023.

BRASIL. Termo: Função - Glossário de Termos Orçamentários - Congresso Nacional. Disponível em. Acesso 12 de out de 2023.

BRASIL. Trajetória da agricultura brasileira - Portal Embrapa. Disponível em. Acesso em 12 de out de 2023.

BRASIL. Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles. Noções de Administração dos Postos. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/LosAngeles/pt-br/file/Material%20de%20Estudo%20-%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20dos%20postos.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

BRASIL. Agronegócio brasileiro começa 2023 com superávit de US\$ 8,69 bilhões - Ipea. Disponível em. Acesso em 23 de set de 2023.

BRASIL. Agronegócio emprega cerca de 19 milhões de pessoas no Brasil, estima

BUTLER, E. Escolha Pública: Um Guia. Tradução Matheus Pacini. São Paulo: 1º edição: Bunker Editorial, 2015. 112 p. (Estudantes pela Liberdade).

CASTRO, L. A. O. A. Teoria da Escolha Pública aplicada às políticas de Transporte Urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro. Niterói, p.1-80, 2015

COSTA, C. C. M. et al. Determinantes do desenvolvimento do setor agropecuário nos municípios. Revista de Administração. v.48, n.2, p.295-309, 2013.

CRUZ, C. F. Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros. 2010. 140 f.. Dissertação. Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DIAS, M. A. James Buchanan e a “política” na escolha pública. Dissertação, PUC -SP; 6: 201-217, 2009

EMATER/ MG. Portal do Café. Disponível em <<https://portaldocafedeminas.emater.mg.gov.br/#contato>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

EMATER/ MG. Painel de dados da produção agropecuária. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/agricultura/agrodados>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

FAVERO, L. P. Manual de Análise de Dados - Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata® . 1. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2022 : Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788595155602. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155602/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FILHO, J. E. R. V. et al. Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade. Brasília : Ipea. 391 p. 2016. FUNÇÕES do Orçamento. Disponível em: <[https://www.lrf.com.br/mp\\_op\\_funcoes\\_orcamento.html#:~:text=Didaticamente%2C%20po%20demos%20dividir%20essas%20fun%C3%A7%C3%B5es,a%20oferta%20de%20bens%20p%C3%ABlicos](https://www.lrf.com.br/mp_op_funcoes_orcamento.html#:~:text=Didaticamente%2C%20po%20demos%20dividir%20essas%20fun%C3%A7%C3%B5es,a%20oferta%20de%20bens%20p%C3%ABlicos)>. Acesso em: 26 de fev. de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estabelecimentos Agropecuários. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/coleta-censo-agro-2017/estabelecimentos-censo-agro-2017.html#:~:text=Este%20tipo%20de%20estabelecimento%20abrange,atividades%20agropecu%C3%A1rias%2C%20florestais%20e%20aqu%C3%ADcolas>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022.

HAIR JUNIOR., J. F. H.; PRETO, W. C.; BABIN, B. J. e outros. Análise multivariada de dados . Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788577805341. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577805341/>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MACÊDO, F. F. R. R.; DAL VESCO, D. G.; FILHO, J. R. T. Efeitos da crise subprime na arrecadação, liquidez e endividamento dos municípios da Região Sul do Brasil. Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, São Leopoldo, v. 9, n. 4, p. 329-339, 2012.

MACÊDO, F. F. R. R. Eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013.



MACÊDO, F. F. R. R.; DAMACENO, M. M. J. Análise de Desempenho do Sistema Único de Saúde na Região Nordeste do Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, v. 18, n.3, p. 20 - p. 36, set/dez., 2013. ISSN 1984-3291.

MACÊDO, F. F. R. R.; VESCO, D. G. D; FILHO, J. R. T. Efeitos da crise subprime na arrecadação, liquidez e endividamento dos municípios da região Sul do Brasil. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos* 9(4):329-339, outubro/dezembro 2012

MINAS GERAIS (Estado). Agência Minas. Dia do Produtor Rural Mineiro: números mostram importância da agropecuária no estado. Disponível em. Acesso em: 25 de fev de 2023.

MINAS GERAIS (Estado). Agência Minas. Exportações do agronegócio mineiro alcançam novo recorde, com US\$ 15,3 bilhões em 2022. Disponível em. Acesso em: 26 de fev de 2023.

MINAS GERAIS (Estado). Agência Minas. Minas Gerais é o 2º estado brasileiro com mais agricultores familiares. Disponível em. Acesso em: 26 de fev de 2023.

Ministério do Planejamento e Orçamento. Plano Plurianual (PPA). Disponível em: <<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

NASCIMENTO, E.S. Eficiência relativa da gestão pública: Uma análise das regiões de saúde do estado de Minas Gerais. Orientador(a): Francisval de Melo Carvalho. Coorientador(a): Gideon Carvalho de Benedicto, José Willer do Prado - 2020. 85 p. Qualificação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Programa de Pós-Graduação em Administração, Lavras, 2020.

NEZ, E. et al. Caracterização dos gastos públicos: uma análise sob a perspectiva da reeleição. *Revista Panorâmica – ISSN 2238-9210 - V. 31 – Set./Dez. 2020.*

Prefeitura Municipal de Itapeva. Nossa Cidade. <<https://www.itapeva.mg.leg.br/institucional/nossa-cidade>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Bueno Brandão. História. Disponível em:

<<https://www.buenobrandao.mg.gov.br/historia>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, História. Disponível em:  
<<https://www.buenobrandao.mg.gov.br/historia>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

Prefeitura Municipal Borda da Mata. Economia. Disponível em:  
<<https://bordadamata.mg.gov.br/economia/>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Camanducaia. Disponível em:  
<<https://www.camanducaia.mg.gov.br/cidade/economia>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Cambuí. Disponível em:  
<<https://www.prefeituradecambui.mg.gov.br/category/noticias/page/2/>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

ROCHA, M. M. Q. Análise do nível de eficiência no processo de previsão e arrecadação da receita pública dos municípios do estado do Rio Grande do Norte. Programa Multinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Natal, RN, 2008.

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. Painel de dados da produção agropecuária. Disponível em:  
<<https://www.mg.gov.br/agricultura/agrodados>>. Acesso em 04 de novembro de 2023.  
Cepea. Disponível em. Acesso em 12 de ou de 2023.

PEREIRA, P. T. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal?\*\*. *Análise Social*, vol. xxxii (141), 1997 (2.º), 419-442

ROVARIS, N. R. S.; CAVICHIOLI, D.; DALL'ASTA, D. Teoria das escolhas públicas: uma análise bibliométrica do período de 1996 a 2015. *RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*. v. 11, n. 1, p. 22-39, 2020.

SCARPIN, J. E. et al. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo dos municípios do estado de Santa Catarina. Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – UFPE. *Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios*,

Recife, v. III, n. 6, dez. 2012.

SIQUEIRA, L. R. et al. Análise de variáveis para mensuração da eficiência do gasto público por função de governo Administração Pública e Gestão Social. Vol. 12, núm. 1, 2020 Universidade Federal de Viçosa, Brasil.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Tribunal Regional Eleitoral. Calendário Eleitoral. Disponível em: <<https://www.tre-mg.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/calendario-eleitoral-1>>. Acesso em 16 de novembro de 2023.

# APÊNDICE A

